



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ORAL

Com vista à atribuição do subsídio complementar aos trabalhadores com baixos rendimentos, o Governo estabeleceu, em 2008, medidas provisórias de subsídio complementar aos rendimentos do trabalho. As medidas foram criadas para serem aplicadas aos trabalhadores com baixos rendimentos, tais como os de oficinas, da limpeza, administração predial, etc.. No entanto, parte dos empregadores abusaram dessas medidas e obrigaram alguns trabalhadores, cujos rendimentos não eram assim tão baixos, a requerer aquele subsídio. Este acto é um desvio ao princípio subjacente à criação das referidas medidas, isto é, a prestar apoio àqueles que têm baixos salários.

Segundo alguns trabalhadores que prestam serviço à peça, só ganham algumas centenas de patacas por mês devido ao reduzido volume de trabalho que as respectivas fábricas lhes atribui, daí necessitarem de requerer o tal subsídio. Mas a entidade competente teve que investigar a veracidade da situação alegada, por isso é que até ao momento ainda não receberam qualquer resposta ao seu pedido. E embora estejam preocupados com a possibilidade de os seus pedidos virem a ser indeferidos, nada podem fazer! O pior é que enquanto os nossos trabalhadores não têm trabalho suficiente, as empresas foram autorizadas a importar mão de obra. Então, como é que o Governo ainda permite a existência de situações que violam o princípio da



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

contratação prioritária de trabalhadores residentes?

Algumas empresas recorreram de forma abusiva ao erário público para suportarem os encargos com os seus trabalhadores, esquivando-se assim às suas responsabilidades enquanto exploradores de negócios, restando assim aos referidos trabalhadores ficarem dependentes de subsídios ou do apoio económico do Governo; alguns recorreram mesmo a este recurso para a contratação fictícia de trabalhadores locais, com vista à obtenção da devida autorização para continuarem a contratar trabalhadores não residentes. Perante esta situação, os serviços competentes devem, como contrapartida, efectuar o respectivo acompanhamento. A parte laboral manifestou várias vezes as suas opiniões junto dos serviços competentes, só que até ao momento ainda não se conseguiu obter qualquer resposta, e também a população nada sabe sobre se os serviços avançaram ou não com as respectivas investigações, bem como com os trabalhos de acompanhamento das demais irregularidades.

Assim sendo, interpelo a Administração sobre o seguinte:

1. As “medidas provisórias de subsídio complementar aos rendimentos de trabalho” entrou em vigor há mais de dois anos, mas os serviços competentes nunca divulgaram detalhadamente informações relativas aos pedidos de autorização e aos que se encontram em apreciação, o que impede a fiscalização da sociedade. Qual é o ponto de situação da implementação da



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

referida medida? Qual é o número de pedidos bem como o montante concedido anualmente? Qual a idade, o sector bem como o tipo de trabalho dos requerentes? Qual foi o montante dos subsídios atribuídos por sector? Qual a média bem como o montante mais elevado atribuído?

2. No mês passado, uma associação de operários apresentou uma carta ao Governo, queixando-se que, após a implementação das medidas acima mencionadas, o volume de trabalho dos trabalhadores que auferem a remuneração por peça do sector manufactureiro foi intencionalmente reduzido pela fábrica. Assim, mesmo que trabalhem horas suficientes, os rendimentos são baixíssimos, o que é irracional. Aqueles trabalhadores estão a deparar-se com a inexistência de respostas do Governo sobre o acompanhamento do assunto e ainda com a situação difícil de “terem emprego e não terem trabalho”. Mas o que causa maior insatisfação é a empresa em causa ter contratado muitos trabalhadores não residentes. Afinal, o Governo procedeu ao acompanhamento e à investigação da situação acima mencionada? Foram detectadas irregularidades? Como vai o Governo resolver o problema da redução intencional do volume de trabalho dos trabalhadores locais, originando, por conseguinte, a redução dos seus rendimentos? Os trabalhadores deparam-se com situações de subemprego gravíssimas, enquanto as respectivas empresas continuam a obter autorização para a contratação de trabalhadores não residentes. Porque é que o Governo continua a permitir essa situação, que viola o princípio da “contratação prioritária de trabalhadores locais”?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

3. Apesar de as medidas provisórias do subsídio complementar aos rendimentos do trabalho contribuírem para atenuar a pressão financeira dos trabalhadores que auferem baixas remunerações, devido à falta de fiscalização eficaz, surgiram irregularidades e abusos na aplicação desta medida. Verificou-se que alguns trabalhadores, tais como empregados de escritório e caixas, cujos rendimentos são superiores ao nível definido legalmente, foram também alvo de benefício. Afinal, de que mecanismos de fiscalização dispõe a Administração para evitar que as entidades patronais abusem dessas medidas? Quantos casos de irregularidade e infracção têm sido descobertos nestes últimos dois anos? Como é que a Administração trata esses casos? Existem ou não mecanismos para a comunicação inter-serviços com vista ao acompanhamento de situações de irregularidade?

8 de Abril de 2010.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM: Lam Heong Sang.